



EÓLICA MANGUE SECO 3 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.567/0001-00

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanco patrimonial em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado do exercício - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo Circulante							Receita Líquida
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.162	21.818		888	526	17
Contas a receber de clientes	5	2.270	2.155	10	4.454	4.168	
Tributos a recuperar	6	8	1.016	11.2	19.475	17.198	18
Outros ativos circulantes		323	282	8	349	325	
Total do Ativo Circulante		32.763	25.271	13.1	272	320	19
Não Circulante					382	265	
Realizável a longo prazo					25.820	22.802	
Títulos e valores mobiliários	7	3.589	3.348				
Contrato de mútuo - parte relacionada	11.1	5.661	-				
Imobilizado	9	41.601	46.870	10	22.393	26.840	20
Direito de uso	8	1.672	1.909	8	1.662	1.914	20
Outros ativos não circulantes		520	427	12	19.157	17.947	
Total do Ativo Não Circulante		53.043	52.254	14	7	2.174	
Total do Ativo		85.806	77.525	15	162	80	
				13.2	1.426	-	
					44.807	48.955	
				16	7.580	7.580	
				16	7.599	(1.812)	
					15.179	5.768	
					85.806	77.525	

Demonstração do resultado abrangente Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro (Prejuízo) do exercício	9.411	(3.315)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	9.411	(3.315)	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
Saldo em 31 dezembro 2023		7.580	112	1.391	-	-	9.083
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	16	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)
Absorção do prejuízo	16	-	(112)	(1.391)	(1.812)	3.315	-
Saldos em 31 dezembro 2024		7.580	-	-	(1.812)	-	5.768
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	16	-	-	-	-	9.411	9.411
Absorção do prejuízo	16	-	-	-	1.812	(1.812)	-
Constituição de reserva legal	16	-	380	-	-	(380)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	1.805	(1.805)	-
Constituição de reserva de lucros	16	-	-	5.414	-	(5.414)	-
Saldos em 31 dezembro 2025		7.580	380	5.414	1.805	-	15.179

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 3, na cidade de Guararé, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

	Es-tado	Cidade	Capa-cidade Instalada (MW)	Assegu-rada a partir do 3º Quadrênio (MW)	Início do quadriê-nio	Térmi-no do quadriê-nio	Capa-cidade Instalada (MW)	Assegu-rada a partir do 3º Quadrênio (MW)	Início do quadriê-nio	Térmi-no do quadriê-nio
Mangue Seco 3	RN	Guamaré	26	8,966	2020	2032	26	8,966	2020	2032

Contrato de Energia de Reserva - CER - A Companhia firmou em 5 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º de julho de 2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia física no contrato, de 12 MW para a média de geração do quadriênio de 9,45 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,45 MWh para a média de geração do quadriênio de 8,966 MWh. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,45 MWh para a média de geração do quadriênio de 8,966 MWh. Para o 4º quadriênio, iniciado em julho de 2024 houve nova repactuação, com a garantia física chegando a 8,55 MW médio. Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

2.1. Declaração de Conformidade - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Boards ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2026.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor - Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia ainda não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 51 Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas.

2.3. Moeda funcional e base de mensuração - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) Nota explicativa 9 - Imobilizado: Estimativa de vida útil de ativos; 2.4.1 Estimativas e Premissas - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Práticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A

Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

	Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.	
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.	
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.	
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.	

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - A mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	17	25.355	16.699
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	(9.642)	(11.585)
Resultado operacional bruto		15.713	5.114
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	19	(1.200)	(3.228)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		14.513	1.886
Despesas financeiras	20	(5.704)	(5.956)
Receitas financeiras	20	3.640	1.959
Resultado financeiro líquido		(2.064)	(3.997)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		12.449	(2.111)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.945)	(1.204)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(1.093)	-
Resultado líquido do exercício		9.411	(3.315)

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.449	(2.111)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:			
Depreciação - imobilizado		4.709	5.098
Depreciação - arrendamento		333	314
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos - partes relacionadas		2.277	1.890
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		2.023	2.244
Encargos sobre empréstimos		17	17
Juros - arrendamento		148	163
Provisão para desmobilização		(1.523)	273
Provisão (reversão) de contingências		82	80
PIS e COFINS diferido		333	-
Rendimento sobre aplicação financeira		(278)	(308)
Remensuração do direito de uso		96	-
Lucro ajustado		20.666	7.660
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(115)	18
Tributos a recuperar		1.008	52
Ativo de arrendamento		(96)	-
Outros ativos		(434)	196
Fornecedores e outras contas a pagar		362	22
Conta de ressarcimento - CCEE		1.210	6.317
Outros passivos		117	27
Caixa gerado pelas atividades operacionais		22.718	14.292
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.993)	(1.030)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.725	13.262
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(84)	(37)
Títulos e valores mobiliários		37	336
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		(47)	299
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos		(4.178)	(4.213)
Juros pagos de empréstimos		(2.023)	(2.514)
Obrigações por arrendamentos		(472)	(452)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas		-	(1.946)
Juros pagos de empréstimos - partes relacionadas		-	(534)
Recursos concedidos de empréstimos - partes relacionadas		(5.661)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(12.334)	(9.659)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		8.344	3.902
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		21.818	17.916
No final do período		30.162	21.818
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		8.344	3.902

negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desajuste ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.5. Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financi



EÓLICA MANGUE SECO 3 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.567/0001-00

(art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.9. Contingências - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. **3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.13. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando o conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2025, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior. **3.16. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2025** - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3.18. Normas emitidas mas ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo

operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras. (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (iii) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Com relação aos tópicos ii, iii, iv a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Banco (i)	23	20
Aplicação financeira (ii)	30.139	21.798
Total	30.162	21.818

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente 101,5% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 94,30% do CDI. **5. Contas a receber de clientes:** Os saldos de é demonstrado como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimentos de energia (i)	2.270	2.155
Total	2.270	2.155

(i) O valor de R\$2.270 em 2025 e R\$2.155 em 2024, refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **6. Tributos a recuperar:** O saldo de tributos a recuperar de caixa é demonstrado como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	-	510
Contribuição social	-	498
Outros	8	8
Total	8	1.016

7. Títulos e valores mobiliários: O saldo de títulos e valores mobiliários é demonstrado como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira - conta BNB (i)	3.589	3.348
Total	3.589	3.348

(i) A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado em 2020. As aplicações são realizadas em fundos de investimento composto por títulos públicos (60%) e operações compromissadas (40%), cujo rendimento no ano de 2025 foi de aproximadamente 101,5% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 101,50% do CDI.

8. Arrendamento e direito de uso: Composição e movimentação dos saldos

	31/12/2024	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2025
Direito de uso (a)	1.909	96	(333)	1.672
Total	1.909	96	(333)	1.672

Remensuração de contratos (c) Juros Pagamento

	31/12/2024	Juros	Pagamento	31/12/2025	
Obrigações por arrendamento (b)	2.239	96	148	(472)	2.011
Total	2.239	96	148	(472)	2.011
Total circulante	325				349
Total não circulante	1.914				1.662

Direito de uso (a)

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2024
Total	2.225	(2)	(314)	1.909
Total	2.225	(2)	(314)	1.909

Obrigações por arrendamento (b)

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Juros	Pagamento	31/12/2024
Total	2.530	(2)	163	(452)	2.239
Total	2.530	(2)	163	(452)	2.239
Total circulante	291				325
Total não circulante	2.239				1.914

(a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). (b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de 7,13% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização. (c) A remensuração dos contratos refere-se à atualização dos valores dos contratos de aluguel. Os arrendamentos demonstrados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2025
2027	374
2028	400
2029	429
2030	459
Total	1.662

relacionadas: 11.1. Mútuo a receber - Segue abaixo a movimentação de contrato de mútuo a receber:

	31/12/2024	Recebimento de principal	Juros	31/12/2025
V2I Energia S.A.	-	5.500	161	5.661
Total	-	5.500	161	5.661

Em abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de mútuo na qualidade de mutuante com sua controladora, V2I Energia, visando a otimização da alocação de caixa do grupo econômico. Segue abaixo a movimentação de contrato de mútuo a pagar:

	31/12/2024	Juros	31/12/2025
Mangue Seco 1- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	9.862	1.413	11.275
Mangue Seco 4- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	7.336	864	8.200
Total	17.198	2.277	19.475

	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Mangue Seco 1- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	8.894	968	-	-	9.862
Mangue Seco 4- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	8.894	922	(1.946)	(534)	7.336
Total	17.788	1.890	(1.946)	(534)	17.198

Por decisão da administração e com o objetivo de otimizar a gestão de caixa, o pagamento do mútuo foi prorrogado para junho de 2026. O valor continua sendo atualizado mensalmente pelo CDI, cuja taxa anual foi de 10,81%. Por motivos operacionais a data de vencimento foi atualizada para a competência de 06/2026. **12. Conta de ressarcimento - CCEE: Curtailment** - A Companhia, em conformidade com o novo cenário regulatório estabelecido pela Lei nº 15.269/2025, passou a reconhecer o direito ao ressarcimento por curtailment decorrente de indisponibilidade externa e razões elétricas. Em virtude desta nova base legal, a Administração procedeu com a reversão de R\$9 milhões do passivo anteriormente provisionado, montante correspondente à parcela abrangida pela referida legislação. A eficácia do recebimento e a manutenção desta reversão estão condicionadas à assinatura do Termo de Compromisso junto à CCEE, o qual prevê a renúncia aos processos judiciais correlatos. A Companhia informa que irá aderir ao Termo de Compromisso e aguarda a publicação da versão final do instrumento para formalizar a adesão. Em relação aos demais pleitos não contemplados pela nova lei, a metodologia de cálculo e a estratégia de defesa permanecem inalteradas, não tendo sido registrado, até o momento, impacto adicional no resultado ou na posição patrimonial da Companhia. Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ressarcimento CCEE 4º Quadrênio (iii)	19.327	1.745
Ressarcimento CCEE 3º Quadrênio (ii)	8.961	16.202
Ressarcimento CCEE 2º Quadrênio (i)	-	-
Constrained-off	(9.131)	-
Total	19.157	17.947

Total circulante (i)

Total não circulante (iv)

(i) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância. (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2016 a 06/2020. (ii) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo não circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2020 a 06/2024. (iii) O valor trata-se do ajuste da diferença entre o recebimento a maior e o fornecimento de energia gerado a menor, sendo esta contabilizada no passivo não circulante. Este saldo refere-se ao contrato com a CCEE do quadriênio atual de 07/2024 a 06/2028. (iv) A companhia decidiu manter o saldo no longo prazo após conclusão de um Benchmarking no qual foi identificado que o cronograma de pagamento tem previsão de ser divulgado no meio do ano com início de quitação após, pelo menos, 6 meses da data de divulgação. **13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional	17.301	17.443
Base presunção IRPJ 8%	1.384	1.395
Base presunção CSLL 12%	2.076	2.093
Outras receitas	580	73
Receitas financeiras	3.640	1.959
Base de IRPJ	5.604	3.427
Despesa de IRPJ	(1.378)	(833)
Base de CSLL	6.296	4.125
Despesa de CSLL	(567)	(371)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.945)	(1.204)

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto de renda e contribuição social corrente (1.945) (1.204)

13.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar - A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial dos impostos a pagar	320	346
Impostos calculados	1.945	1.204
Impostos deduzido	-	(200)
Impostos pagos	(1.993)	(1.030)
Saldo final dos impostos a pagar	272	320

13.2. Imposto diferidos - Os impostos diferidos são calculados sobre os valores de receitas de Constrained-off e são convertidos quando a Companhia reconhece este valor. A movimentação dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Constrained off	(9.131)	-
Base diferida	(9.932)	-
PIS e COFINS	(333)	-
IRPJ e CSLL	(1.093)	-
Saldo Final	(1.426)	-
Total circulante	-	-
Total não circulante	(1.426)	-

14. Provisão para desmobilização: Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e foram assumidas obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo realizado pela Delos Controle Patrimonial Avaliações e Sistema, levando em consideração os custos atrelados a desmobilização dos ativos (Nota 9). Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 15,18%. As premissas utilizadas pela companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base no custo de capital da companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as premissas utilizadas para os cálculos foram atualizadas com base em estimativa atual do custo total de desmontagem dos parques eólicos e também relativo ao prazo que o ativo será desmobilizado que é o término da renovação dos contratos de arrendamento dos parques eólicos.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para desmobilização – Saldo Inicial	2.174	1.901
Remensuração (i)	(2.168)	-
Atualização Monetária	1	273
Provisão para desmobilização – Saldo Final	7	2.174

(i) A movimentação no exercício se deu pelo novo laudo de reavaliação das premissas do cálculo da desmobilização, bem como custo dos serviços e também no prazo. Pois para o novo cálculo está sendo considerado a renovação do prazo da concessão. **15. Provisão contingente:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências	162	80
Total	162	80

Perdas possíveis - Em 31 de dezembro de 2025 a Usina Mangue Seco 3 possui 2 processos de ações cíveis com prognóstico possível de perda no valor de R\$92, baseado no parecer emitido pelos advogados. Alguns processos tiveram os valores rateados tendo em vista que a Usina Mangue Seco 3, está localizada em áreas vizinhas à Usina Eólica de Mangue Seco 1 e Usina Eólica de Mangue Seco 4 e que compartilham áreas e ativos comuns. **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$7.580 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$7.580, e está representado por 11.944.763 (onze milhões novecentos e quarenta e quatro seletentos e sessenta e três), em 2024: 11.944.763 (onze milhões novecentos e quarenta e quatro seletentos e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2025	% do capital	31/12/2024	% do capital		
Quantidade de ações	11.944.763	7.580	100%	11.944.763	7.580	100%
Total	11.944.763	7.580	100%	11.944.763	7.580	100%

b) **Reserva legal** - De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	9.411	(3.315)
Absorção do prejuízo	(1.812)	-
Base da reserva legal	7.599	(3.315)
Reserva legal (5%)	380	-
Saldo inicial	380	1.391
Calculado no ano	-	-
Absorção do prejuízo (i)	-	(1.391)
Total	380	-

R\$ Mil	Valor Bruto		Adições líquidas		Depreciação acumulada			
	31/12/2024	Adições (i)	31/12/2025	=(i)+(II)+(iii)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025		
Geração - Em Serviço	114.938	84	(644)	114.378	(560)	(72.777)	41.601	46.870
Aerogeradores	89.653	-	-	89.653	-	(60.207)	29.446	33.627
Equipamentos de informática	32	17	-	49	17	(18)	31	16
Linhas de transmissão	10.993	-	-	10.993	-	(6.336)	4.657	5.097
Máquinas e equipamentos	138	67	-	205	67	(73)	132	78
Edificações, obras e benfeitorias	13.437	-	-	13.437	-	(6.115)		



**EÓLICA MANGUE SECO 3 –
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ Nº 11.643.567/0001-00

(i) A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. c) **Dividendos** - Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após decisão do Conselho de Administração.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/prejuízo líquido do exercício	9.411	(3.315)
Absorção do prejuízo	(1.812)	-
Reserva legal (5%)	(380)	-
Base para dividendos	7.219	(3.315)
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	1.805	-
Dividendos adicionais	-	-
Total de dividendos propostos	1.805	-

d) **Reserva de lucro** - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/prejuízo líquido do exercício	9.411	(3.315)
Absorção do prejuízo	(1.812)	-
Reserva legal (5%)	(380)	-
Dividendos mínimos propostos	(1.805)	-
Reserva de lucros	5.414	(3.315)
Saldo inicial	(1.812)	(112)
Calculado no ano	7.219	(1.812)
Absorção de prejuízo acumulado	(1.812)	112
Total	7.219	(1.812)

e) **Lucro por ação** - O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/Prejuízo do exercício	9.411	(3.315)
Lucro/Prejuízo por ação	0,8446	(0,2775)

17. Receita operacional líquida: Os saldos da receita operacional líquida são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de geração (i)	17.301	17.443
Curtailment (ii)	9.131	-
(-) Tributos sobre a receita	(965)	(637)
(-) Encargos do consumidor	(112)	(107)
Total	25.355	16.699

(i) Em 2025, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) impôs sucessivas restrições à geração de energia por ativos eólicos e fotovoltaicos, especialmente no Nordeste. Entre os empreendimentos afetados está o complexo Mangue Seco, incluindo Mangue Seco 3. Essas restrições resultaram em uma redução de 35,22% na geração em relação à meta contratual, impactando diretamente a receita anual da empresa. (ii) Corresponde a receita gerada no exercício de 2025 referente a movimentação de curtailment. **18. Custos dos bens construídos e serviços prestados:** Os saldos dos custos dos bens construídos e serviços prestados são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo com depreciação e amortização	(5.064)	(5.097)
Custo com serviços de terceiros	(4.081)	(4.014)
Custo com pessoal	(1.065)	(1.036)
Custo com tributos	(572)	(591)
Custo com materiais	-	(67)
Custo com depreciação de arrendamentos	(333)	(314)
Custo com encargos de transmissão, conexão e distribuição	(234)	(225)
Demais custos (i)	1.707	(241)
Total	(9.642)	(11.585)

(i) Corresponde à baixa de saldo de desmobilização referente ao exercício de 2025. **19. Outras despesas e receitas operacionais:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Multas contratuais e regulatórias (i)	-	(2.257)
Pessoal	(171)	(176)
Serviços de terceiros	(301)	(259)
Tributos	(1.033)	(270)
Gastos diversos (ii)	305	(266)
Total	(1.200)	(3.228)

(i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2025 é R\$2.023 e em 31/12/2024 é R\$2.244. O valor de encargos sobre empréstimos em 31/12/2025 é de R\$17 e em 31/12/2024 é de R\$17. O valor de juros sobre arrendamento em 31/12/2025 é R\$150 e em 31/12/2024 é R\$163. O valor de atualização monetária de desmobilização em 31/12/2025 é R\$1 e em 31/12/2024 é R\$273. O valor de juros sobre empréstimos tomados partes relacionadas em 2025 é R\$2.276 em 31/12/2024 é R\$1.890. **21. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros e variações monetárias (i)	(5.669)	(5.892)
IOF, Comissões e taxas	(35)	(11)
Outras despesas financeiras	-	(53)
Despesas Financeiras	(5.704)	(5.956)
Receita com aplicações financeiras	3.449	1.959
Juros sobre mútuo	172	-
Outras receitas financeiras	19	-
Receitas Financeiras	3.640	1.959
Resultado financeiro líquido	(2.064)	(3.997)

(i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2025 é R\$2.023 e em 31/12/2024 é R\$2.244. O valor de encargos sobre empréstimos em 31/12/2025 é de R\$17 e em 31/12/2024 é de R\$17. O valor de juros sobre arrendamento em 31/12/2025 é R\$150 e em 31/12/2024 é R\$163. O valor de atualização monetária de desmobilização em 31/12/2025 é R\$1 e em 31/12/2024 é R\$273. O valor de juros sobre empréstimos tomados partes relacionadas em 2025 é R\$2.276 em 31/12/2024 é R\$1.890. **21. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	30.162	21.818
Títulos e valores mobiliários	2	3.589	3.348
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	2	2.270	2.155
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	26.847	31.008
Fornecedores	2	888	526

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na

ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **21.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **21.2. Gestão do capital** - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22. Seguros:** As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (a)		150.000	00004197	21/11/2025 a 21/11/2025 a
Responsabilidade Civil (b)		5.000	1.510.007.657	21/11/2026
Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente. (a) Seguro de risco operacional, com apólice 00004197, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$150 milhões e um prêmio anual no valor de R\$333.255,21. (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 1.510.007.657, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$5 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$6.542,03.				

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora

Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria. Rio de Janeiro, 18 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC SP-015199/F Contador CRC RJ-093771/O

